



Caras Alunas, antigas alunas e representantes de outros EME's;

Pais e encarregados de educação das alunas do IO;

Srs. Jornalistas;

Camaradas;

Exmos Srs. e senhoras

Em nome de uma suposta reestruturação que, desde há demasiados anos, se vem prolongando até aos dias de hoje, as Forças Armadas estão no epicentro de uma anunciada reestruturação, eufemismo utilizado para a sua descaracterização, fragilizando-as ao ponto de as tornar uma entidade irreconhecível, considerando o papel que lhes cabe no âmbito do que preconiza a Constituição da República Portuguesa.

Nada tem ficado incólume.

É neste contexto que situamos o que se está a passar com os Estabelecimentos Militares de Ensino (EME's), Instituições centenárias, criadas para apoio da família militar na área da educação, constituindo-se como amparo de rectguarda de um universo de cidadãos incumbidos de defender a Pátria, se necessário, com o sacrifício da própria vida.

É uma peça mais, na desestruturação da realidade e condição militares, directamente relacionada com a acção social complementar.

Havia pois, que desmantelar também esta parcela da realidade militar.

Em nome de esfarrapados argumentos que vão caindo à medida que a confrontação com os factos os deixam descredibilizados. Disse-se que era sua missão preparar alunos para as Academias Militares. Nada mais falso, pois nunca, em tempo algum, foi essa a sua incumbência, mais que não fosse, porque até uma época recente o serviço militar não era extensivo ao género feminino. E porque, pura e simplesmente, a sua missão se orienta para a educação dos e das cidadãs (filhos e filhas de pessoal militar, mas também militarizado e civis), não obstante o cariz da instrução ministrada poder proporcionar aos que assim o entendam, serem um dia homens e mulheres com particulares predicados para o exercício da vida militar. Acima de tudo, formam homens e mulheres aos quais, a par da componente académica, lhes são infundidos valores como o sentido do dever, da honra e da solidariedade e onde se promove a integridade moral, o espírito de disciplina e a noção de responsabilidade individual, colectiva e social.

Será tudo isto que incomoda os Srs. governantes?

Neste cataclismo que assola as Forças Armadas e os seus militares, em sucessivas enxurradas, coube agora a vez aos EME's e, no seu âmbito, com uma particular acutilância, ao Instituto de Odivelas,

ao qual, a sublime sagacidade de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional apontou como destino, o respectivo encerramento.

Entre outras venais razões argumentativas, todas elas com o habitual critério de estigmatizar o alvo da medida, descredibilizando e procurando manipular a opinião pública, é apontada a necessidade da racionalização e optimização de recursos.

Nada temos contra tal propósito, antes pelo contrário. Entendemos que a escrupulosa gestão dos recursos públicos deverá constituir-se como principal preocupação daqueles que são incumbidos dessa responsabilidade, em oposição, aliás, à reiterada prática daqueles que, até hoje, se têm servido dos recursos de todos para benefício de uns quantos, razão primeira da desgraçada situação a que foi conduzido o País.

Mas, como costuma dizer-se; “de boas intenções está o inferno cheio”. Ou, dito de outra forma; “com papas e bolos se enganam os tolos”. Ou, ainda, dizemos nós; quando os factos invariavelmente demonstram o contrário, sempre sob a capa de nobres objectivos, justificam-se soluções sistematicamente tão irresponsáveis quanto penalizadoras, com a repetida e enganosa afirmação de que as opções são de uma irrecusável responsabilidade.

Ora vejamos.

Invoca o Sr. Ministro como imperioso objectivo a necessária sustentabilidade das Instituições em causa.

Não foram, em tempo, apresentadas propostas realistas capazes de materializar o objectivo definido por Vossa Excelência, no que concerne ao IO, acautelando a qualidade e a excelência do ensino ali ministrado?

Conhecendo-se a exiguidade de recursos disponíveis, quando se decidiu pelo encerramento do IO, que estudos de impacto orçamental foram levados a cabo nomeadamente com a construção das necessárias infraestruturas para acolher as alunas no Colégio Militar (CM)?

Qual o estudo feito para garantir a conservação e manutenção do Mosteiro de D. Dinis, onde se encontra instalado o IO?

A estas e outras questões, responsáveis da tutela, refugiam-se, tão simplesmente, na resposta de que foi decisão do Ministro da Defesa Nacional, adiantando, pisme-se, que as soluções serão equacionadas aquando da implementação do processo de transferência do IO para o CM.

Considerando que estão em cima da mesa propostas verdadeiramente realistas capazes de dar corpo ao alegado propósito de sustentabilidade, o que inibe o Sr. Ministro de acolher e analisar o que lhe é proposto?

Não queremos acreditar que estamos perante um capricho de alguém a quem foi outorgada competência para decidir em tão delicada matéria. Seria de gravidade sem nome uma tal postura, razão que nos leva a colocar de parte semelhante comportamento.

Mas, não sendo capricho, e confrontados com a irrazoável e despropositada medida de encerramento do IO, com o regime de internato de alunas no CM e as obviamente nefastas implicações nesta Instituição, que obscuras razões ou interesses justificam tais propósitos?

Há, até, quem afirme que foi desenhado um objectivo de médio prazo que culminará com o fim do próprio CM, tudo numa lógica de submissão a poderosos interesses imobiliários.

Uma outra interrogação se nos coloca, que nos conduz, se nos permite, a uma sincera e honesta sugestão.

Sendo o IO uma escola de referência a nível nacional, cujo mérito é sobejamente reconhecido e recentemente validado por Sua excelência o Presidente da República que se lhe referiu em visita que realizou em 2010, assim: *“Instituição de elevada credibilidade, que interessa a Portugal acarinhar e incentivar, e da qual têm saído mulheres que têm prestado relevantes serviços ao País nas diversas áreas da cultura, das artes e das ciências, fazendo votos para que continue a preservar e honrar a sua história, as suas tradições e os seus princípios”*, porquê, o Sr. Ministro, não se dispõe a visitar e verificar in loco as realizações conseguidas e ouvir o distinto director daquele estabelecimento?

Lá diz o ditado popular; *“quem não deve não teme”!*

Acreditamos que o confronto com a realidade e as propostas realistas e plausíveis do Director do IO, exemplo e orgulho para nós, militares, pela forma competente e abnegada como soube encarar a difícil missão de que foi incumbido, permitirão ao Sr. Ministro da Defesa Nacional visitar e inverter a decisão tomada, reconsideração que só o poderá enobrecer.

Errar é humano e o reconhecimento do erro só enobrece quem saiba ter a humildade de o assumir. Mesmo sendo Ministro, ou fundamentalmente por isso!

Assim o esperamos!

VIVA O INSTITUTO DE ODIVELAS!

VIVA PORTUGAL!